

REGO, Lucas Barroso¹

<https://orcid.org/0000-0003-1853-3289>

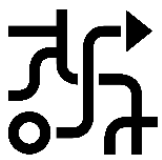
RESUMO: O presente ensaio tem como objetivo apresentar e analisar de forma breve uma das principais tensões dialéticas que rondam a literatura marxiana, isto é, aquela que diz respeito às relações entre sujeitos e objetos no sistema capitalista. Partindo primordialmente do capítulo inaugural de *O Capital* (1994; 2015; 2020), utilizaremos tais categorias centrais na escrita de Marx enfatizando os trabalhadores assalariados e as mercadorias, respectivamente, entendendo ambos como produtos finais do capitalismo. Ademais, para auxiliar a compreensão da gênese das teorias marxianas, tomaremos como base dois debates metodológicos que Marx teve de enfrentar arduamente: contra os hegelianos de direita e os conservadores durkheimianos, sendo o primeiro ocorrido em sua juventude e o último em seu pós-vida. Por fim, como síntese da sua própria dialética, o breve trabalho encerrará apresentando a visão marxiana, alinhada com a de Friedrich Engels, sobre como será a futura superação da realidade exploratória.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho;
Exploração; Mercadoria.

ABSTRACT: This essay aims to briefly present and analyze one of the main dialectical tensions that surround Marxian literature, that is, that which concerns the relations between subjects and objects in the capitalist system. Starting primarily from the inaugural capital of *O Capital* (1994; 2015; 2020), we will use such central categories in Marx's writing emphasizing wage workers and commodities, respectively, understanding both as the final products of capitalism. Furthermore, to aid the understanding of the genesis of Marxian theories, we will take as a basis two methodological debates that Marx had to face hard: against right-wing hegelians and durkheimian conservatives, the first being in his youth and the last in his afterlife. Finally, as a synthesis of his own dialectic, the brief work will end by presenting the marxian vision, in line with that of Friedrich Engels, on how the future overcoming of the exploratory reality will be.

KEYWORDS: Work; Exploration;
Merchandise

¹ Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e licenciando em História pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). É pesquisador de Iniciação Científica, com bolsa do PIBIC-CNPQ (nov./2022-atual), vinculado à Divisão de Memória Institucional (DMI - SiBI/UFRJ), atuando na linha de pesquisa "A UFRJ e Ditadura Civil-Militar (1964-1985)".

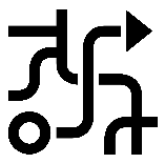


INTRODUÇÃO

Desde a gênese do capitalismo industrial ao final do século XVIII, inúmeros pensadores de variadas correntes de pensamento mobilizaram suas atenções para entender as especificidades desse processo histórico. Seja a partir de uma ótica positivista ou materialista, já no século XIX, uma densa literatura sobre esse acontecimento foi produzida. Em seu cerne, destacam-se as produções sociais de Karl Marx (1818-1883), sociólogo que revolucionou a forma de pensar e escrever sobre a realidade social do mundo. Por intermédio do estudo minucioso de seus preceitos, urge a necessidade de entender o processo capitalista de produção como produtor e reproduzidor das relações próprias do sistema em si e será isso que faremos ao longo deste texto.

Partindo da capacidade de abstração, o principal instrumento das Ciências Humanas na análise das formas econômicas, Karl Marx (1994; 2015; 2020), em *O Capital*, analisa o desenvolvimento do sistema capitalista a partir de algumas tensões dialéticas. Dentre elas, neste breve trabalho, enfatizaremos aquela que diz respeito aos sujeitos enquanto indivíduos atuantes no sistema burguês, dando um enfoque especial para os trabalhadores assalariados; e objetos, enquanto produtos da produção sob a forma de mercadorias, principalmente. Pensando-os em todas as suas magnitudes sociais e especificidades concretas, o objetivo principal do texto será apresentar as contradições presentes nessas relações entre eles, tendo como norte a extrema valorização dos objetos enquanto células econômicas do capitalismo e a desumanização da classe trabalhadora marcada pela superexploração, reificação e obscuração de sua força de trabalho.

Prescindindo momentaneamente os objetos, mesmo sendo eles que regem a análise científica marxiana, Karl Marx (1994; 2015; 2020) entende os sujeitos, ou seja, os capitalistas detentores dos meios de produção e os trabalhadores assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho, como encarnações das categorias do processo de produção e personificações oriundas do capital, sendo o resultado das relações sociais do próprio sistema capitalista. Desse modo, o autor analisa o próprio indivíduo como produto das categorias econômicas e portadoras de relações específicas de classes, bem como dos interesses que necessariamente as rondam. No entanto, a interpretação de Marx vai muito além disso e reduzir toda a literatura marxiana a esse simples economicismo entre classes sociais é realizar uma simplificação desonesta de seus escritos, sendo, portanto, um de nossos objetivos secundários desfazer esse



reducionismo falacioso¹.

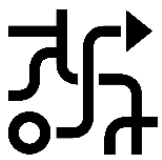
Desse modo, mobilizando essencialmente a originalidade do aparato dialético de Karl Marx em sua forma primária, buscaremos aqui realizar uma breve exposição sobre a questão do sujeito e objeto na literatura marxiana, mobilizando o arcabouço teórico necessário para o entendimento completo das categorias e conceitos condizentes a tal temática. Dessa forma, para auxiliar nesse árduo empreendimento, também serão utilizadas as posturas já consolidadas de Lukács (1974) e Heinrich (2008). Além disso, também mobilizaremos os métodos histórico e sociológico como meios de contextualização prática e exemplificação empírica para o principal escrito marxiano.

Ademais, para apresentar outro ponto de vista sobre a questão dos sujeitos na divisão do trabalho, oporemos o arcabouço teórico de Durkheim (1983) e de Marx (1994; 2015; 2020), tendo como norte o longo debate implícito contido em suas teorias antagônicas. A apresentação dessa divergência dialética, bem como de sua síntese reafirmadora, servirá para expormos a magnitude complexa da literatura marxiana, partindo da sua própria gênese de consolidação frente ao conservadorismo imperante até a atualidade. Por fim, como nova síntese, não poderíamos deixar de expor uma breve reflexão sobre a possibilidade de superação revolucionária da realidade exploratória intrínseca ao capitalismo, contida em Marx e Engels (2008).

A DIALÉTICA ENTRE SUJEITOS E OBJETOS N'O CAPITAL

Ao longo de grande parte do século XIX, um debate epistemológico tomou conta dos círculos acadêmicos dos territórios germânicos. Entre 1843 e 1844, o então jovem Karl Marx, recém-titulado doutor em Filosofia pela Universidade de Jena, mesmo sendo um hegeliano de esquerda, envolveu-se em polêmicas divergências com os outros seguidores de Friedrich Hegel (1770-1831), principalmente os considerados de direita, ao confrontar seu método dialético e suas teorias idealistas a partir de argumentações empíricas, realistas e materialistas.

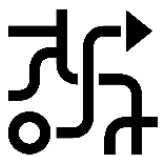
¹ Essa afirmação faz referência à conhecida crítica reducionista que acusa o marxismo de economicismo. Essa crítica é gestada a partir de más interpretações da noção de economia contida em *O Capital*, que, definitivamente, não corresponde à Ciência Econômica de hoje, e sim às relações de produção e reprodução da vida. Um eventual determinismo econômico colide frontalmente com os conceitos básicos da teoria marxista, a exemplo da noção de totalidade.



Reinterpretando a dialética hegeliana, a teoria marxiana objetificou o idealismo imperante nos pressupostos de Hegel. De acordo com o prefácio da segunda edição d' *O Capital* (1994; 2015; 2020), enquanto que, para o método hegeliano, as ideias são os próprios criadores da realidade externa, para Marx, o ideal é resultado da transposição idealista da materialidade real para a subjetividade do pesquisador. Nessa via, independentemente da consciência crítica do sujeito cognoscente, a realidade concreta da sociedade burguesa ocupa um espaço essencial no marxismo, uma vez que é por intermédio dela que há a possibilidade de abstrações e, por conseguinte, de teorizações. Partindo desse fato, as contradições inerentes ao convívio social e às relações de classe são o princípio que norteia o método criado por Marx. Desse modo, partindo da confluência metodológica entre sujeito e objeto, compreender as tensões dialéticas presentes na sociedade capitalista é de grande relevância para uma análise política do método marxiano, tendo como norte os papéis sociais oriundos dos modelos produtivos e as mercadorias como sínteses desses processos.

Sendo uma continuação pormenorizada da obra *Contribuição à crítica da economia política* (2008), *O Capital* (1994; 2015; 2020), segundo o próprio Marx, procura analisar o modo de produção capitalista e suas ambíguas relações sociais de produção e de circulação, utilizando o contexto inglês como um dos objetos clássicos da sua pesquisa, sendo ele a principal exemplificação para as suas teorizações, em virtude da responsabilidade inglesa no início clássico do processo de mundialização da consolidação do capitalismo industrial. Além disso, como está expresso no prefácio da primeira edição, a finalidade final da obra também é encontrar a lei econômica geral do movimento social específico da sociedade moderna, isto é, a chamada *lei geral da acumulação capitalista*, como detalhadamente está descrita no capítulo vinte e três do livro.

No primeiro capítulo do primeiro volume da sua obra, Karl Marx (1994; 2015; 2020) analisa a substância e a magnitude do valor em suas minuciosidades e, por isso, em virtude dessa complexidade analítica, é a parte do livro que pode oferecer mais dificuldades aos leitores, de acordo com o próprio autor no prefácio da primeira edição. Nesse sentido, para tentarmos desmistificar e descomplicar as análises marxianas das células econômicas do capitalismo e das relações contraditórias da sociedade burguesa, usaremos o capítulo inaugural, em conjunto com os prefácios das duas primeiras edições,

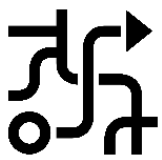


como ponto de partida para as nossas reflexões dialéticas sobre as relações sociais entre sujeito e objeto no cerne do capitalismo industrial na Inglaterra do século XIX.

Não obstante, para compreendermos a magnitude dessas relações entre eles, é importante que façamos uma conceituação sobre o principal agente do capitalismo, isto é, o próprio capital em si. Para Marx (1994; 2015; 2020), o capital, enquanto trabalho morto que sobrevive às custas do trabalho vivo, apresenta três esferas que compõem a sua extensa definição: i) é um primado de relações sociais, sendo resultado de um desenvolvimento econômico-social decorrente de um processo histórico-natural, como está subentendido no prefácio da primeira edição; ii) é a própria coisificação dessas relações em virtude da obscuração do trabalho social concreto em razão da autonomização das mercadorias perante os trabalhadores; e iii) é a personificação das condições sociais objetivas por conta da oposição entre a soberania dos meios monopolizados de produção/circulação e a atividade da força de trabalho viva.

Decorrente de uma relação social específica de produção, o capital, como uma espécie de poder social alienador, cujo funcionário-mor é o sujeito capitalista, autonomiza as condições produtivas, personificadas nas concentrações e monopolizações dos capitalistas em detrimento dos verdadeiros produtores, e opõe sujeitos e objetos, ambos como produtos-sínteses dessas próprias relações sociais de produção e de circulação. Segundo o próprio Marx (2015, p. 836), “o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas mediada através de coisas”. Nessa direção, entender essas relações de subordinação social dos sujeitos aos objetos é de fundamental importância para compreender essa tensão dialética como sendo a principal que ronda o sistema capitalista do século XIX até a contemporaneidade.

Para tal, a fim de analisarmos a totalidade dessa temática, retornaremos ao primeiro capítulo do primeiro livro d' *O Capital* (1994; 2015; 2020), porque é nele que há um debate pormenorizado sobre a forma mercadoria como célula econômica da sociedade burguesa, bem como discussões sobre os seus fatores, sobre o trabalho materializado em sua produção e, principalmente, sobre o valor como macrossujeito em suas diversas modalidades de equivalência, relatividade, extensividade e generalidade. Desse modo, partindo da premissa marxiana de que a mercadoria é o ponto de partida do capital, é importante que a análise das relações sociais se inicie a partir dela, pois ela se transforma em um centro definidor do próprio sistema que é regido pelas trocas.

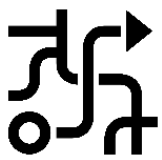


Como forma elementar da riqueza das sociedades capitalistas, segundo Marx (1994; 2015; 2020), a forma mercadoria é definida como um objeto externo ao homem que satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer, isto é, em virtude da sua utilização, possui um valor de uso intrínseco a ela e, por ter diversas possibilidades de utilidades, possui também um valor social. Nesse ínterim, o valor de uso é uma característica do próprio bem e não prescinde de nenhuma quantidade de trabalho empregado, mesmo que socialmente existente, uma vez que a qualidade de ser útil é da própria natureza da mercadoria e é definida exclusivamente pelas suas propriedades materiais.

Entretanto, ao passo que as relações quantitativas são social e historicamente complexificadas, os produtores partem da materialidade dos valores de uso de espécies diferentes para transformá-lo em um veículo da troca (MARX, 2020). Enquanto a utilidade é intrínseca ao bem, os múltiplos valores de troca são arbitrariamente impostos a diversas ou, até mesmo, a apenas uma mercadoria. Nesse sentido, partindo de um dos axiomas marxianos, a equivalência ocupa um espaço central nessas relações, uma vez que os valores de troca precisam estar reduzidos a um elemento comum entre si, ou seja, a algo abstrato que engendre suas utilidades e, por conseguinte, seus valores sociais.

Não obstante, pela definição marxista, o conceito de valor de troca, como um dos principais pilares do sistema capitalista, é definido pela determinação quantitativa de um produto que permite que haja uma troca de certa quantidade equivalente de outro produto, como *forma de manifestação externa* do valor do trabalho em si, isto é, partindo do fato de que a mercadoria é uma mediadora do processo, a troca, por meio dela, procura homogeneizar a heterogeneidade de objetos úteis.

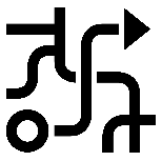
Enquanto não valor de uso para si, o capitalista, segundo Marx (1994; 2015; 2020), por intermédio dos valores de troca, atribui uma forma social à mercadoria, porque, pelo fato de a permutação não ser um elemento constituinte da natureza física desses produtos, ela é uma atividade essencialmente humana que é elevada a padrões industriais pelos burgueses. Desse modo, a grande inovação trazida pelo capitalismo no século XIX foi a mercantilização do trabalho que se transformou em uma mercadoria resultante do próprio sistema capitalista burguês, partindo da inversão dos papéis sociais entre sujeitos e objetos. Nessa direção, a valorização do capital acontece por meio da força viva de trabalho, única mercadoria do sistema capitalista que é capaz de ser geradora de toda a riqueza das classes proprietárias e que ainda é apropriada pelo capital.



Prescindindo de forma momentânea a utilidade natural das mercadorias, resta apenas uma propriedade, isto é, a de serem produtos do trabalho, resultados da habilidade essencialmente humana de transformação da natureza. Em virtude desse fato, ignorando momentaneamente o valor de uso, um objeto tem seu valor de troca medido a partir da quantidade de trabalho nele contido que, por sua vez, é medido por seu tempo social de produção. Melhor dizendo, o trabalho social total despendido na mesma força de trabalho, isto é, inumeráveis forças de trabalho individuais como resultado da interdependência do trabalho decorrente dos processos históricos de industrialização e da ambígua maximização da produção manufatureira.

Em meio a essas constatações, Marx (1994; 2015; 2020), no primeiro capítulo do primeiro volume d'*O Capital*, afirma que a divisão social do trabalho é a condição primordial de existência dessa produção intensiva de mercadorias no seio da sociedade burguesa. Intensificando os processos de troca, nessa nova realidade histórica, o valor de troca é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria qualquer, segundo as proposições marxianas. Nesse sentido, novas relações sociais entre sujeitos e objetos são forjadas a partir da busca incessante do lucro das mercadorias em detrimento do bem estar da classe trabalhadora.

Nesse mesmo capítulo, Marx analisa o tempo de trabalho como variável circunstancial do capitalismo industrial. Conceituando esse termo mobilizado por sua teoria, tem-se que é o espaço temporal necessário para produzir um valor de uso sobre uma mercadoria (MARX, 2015, p. 99). Como em uma equação inversa, “quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor” (MARX, 2015, p. 100). Assim, o lucro do grande burguês está ligado às baixas despesas salariais em decorrência dos baixos salários pagos aos proletários, sendo esses resultados da exploração do trabalho e do acúmulo de mais-valor (ou mais-valia), isto é, o valor e o tempo excedentes frutos da exploração que transformam o dinheiro investido na produção como mercadoria em capital e que não retorna para o verdadeiro produtor, porque é privadamente apossado pela classe burguesa. Desse modo, a extrema valorização dos objetos, enquanto mercadorias, pauperiza os sujeitos proletários, uma vez que é resultado da alienação, da reificação e da obscuração do trabalho social concreto.



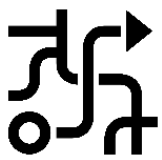
Nessa via, a acumulação de capital nas classes dominantes demanda necessariamente a acumulação de miséria nas classes trabalhadores, o que justifica a existência de uma “teoria da pauperização” (HEINRICH, 2008), uma releitura da principal contribuição marxiana que pressupõe a existência de

[uma] lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que os grilhões de Vulcano acorrentavam Prometeu ao Cáucaso. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentado, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital (MARX, 1994, p. 748-749).

Enfatizando a relação inversa entre sujeitos e objetos presente no sistema capitalista, a mercadoria ocultadora do trabalho, isto é, fetichizada, enquanto célula econômica da sociedade burguesa que reveste o próprio produto do trabalho, ocupa um *locus* contraditório no capitalismo. Desse modo, em virtude do apagamento da própria relação exploratória de trabalho social cristalizado na produção da mercadoria, decorrente da falsa equivalência entre o produto do trabalho e os trabalhadores, Marx (1994; 2015; 2020) cunhou, ao longo do primeiro capítulo d' *O Capital*, um conceito completo capaz de expressar a sua magnitude: “caráter de fetiche da mercadoria” (*Fetischcharakter der Ware*, no original), abreviado corriqueiramente para “fetichismo (ou fetiche) da mercadoria”.

Em decorrência de uma autonomização espetacularizada das mercadorias em detrimento da classe trabalhadora, Marx (2020, p. 94) afirma que o seu conceito de “fetichismo da mercadoria” é “inseparável da produção de mercadoria”, uma vez que é decorrente do caráter alienatório próprio do trabalho burguês. Em meio a esse processo, as mercadorias se autonomizam perante os sujeitos, mantendo relações dialéticas entre elas próprias e os seres humanos. Desse modo, há uma inversão dos papéis sociais, isto é, enquanto o trabalho humano transforma-se em uma mercadoria mensurada pelo seu valor social de troca, o produto dele parece adquirir vida própria.

Decorrente de uma valorização vazia e infundada, o “fetiche” do conceito marxiano diz respeito à qualidade sobrenatural presente em algum objeto inanimado ou não que, nesse caso, é o produto do trabalho industrial, ou seja, a própria mercadoria. A partir dessa valorização exacerbada dos valores simbólicos das mercadorias, enquanto objetos que

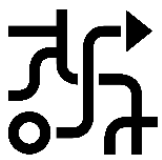


são frutos da exploração e do apagamento dos verdadeiros sujeitos produtores, uma nova dinâmica social é gerada na sociedade burguesa. O caráter misterioso da forma mercadoria inverte e vertigina as relações, pois funde o caráter social do trabalho com a objetividade imediata do produto desse trabalho, ou seja, transforma propriedades sociais em naturais e reflete as relações produtivas entre indivíduos como uma mera relação entre objetos e indivíduos objetificados. Desse modo, ao invés de existir à margem, pelo motivo de constituir-se por intermédio dos produtores reais, as mercadorias acabam demandando de representantes e possuidores e, por isso, parece autonomizar-se na sociedade pelo fato dessas suas exigências. Nessa perspectiva, enquanto a necessidade do consumo das mercadorias tenta apelar para os sentimentos e os instintos dos consumidores, a produção faz o oposto: o produtor, introduzido na totalidade da força do trabalho capitalizado, é *naturalmente* objetificado e passa a se relacionar como meio e material de sua própria atividade produtiva.

Enquanto apêndice vivo da máquina, o trabalhador maquinofatureiro, que tem seu trabalho total dividido e apossado pelos detentores dos meios de produção, além das consequências exploratórias para a sua saúde psicossomática, tem sua capacidade criativa reprimida e é transformado, segundo Marx (1994; 2015; 2020), em uma “aberração” (*eine Abnormität*, no original) ou, em outras palavras, é convertido em um motor automático de um trabalho social parcializado. Por conta disso, em virtude da superexploração e da divisão do trabalho, sua essência e autonomia também se perdem ao longo da cadeia produtiva em virtude de sua dependência da maquinaria, o que gera um descolamento do indivíduo com o produto de seu mais puro trabalho. Assim, a classe trabalhadora, a partir disso, não se reconhece mais enquanto produtora, o que gera a sua fragmentação e dificulta ainda mais a formação de uma consciência unitária de classe.

SUJEITOS E TRABALHO: A CONSOLIDAÇÃO DA LITERATURA MARXIANA FRENTE AO CONSERVADORISMO DURKHEIMIANO E A SUPERAÇÃO DA REALIDADE EXPLORATÓRIA

Ao longo de todo o século XIX, o início da expansão do processo de industrialização no continente europeu alterou as relações sociais vigentes. Dentre elas, o trabalho burguês passou a ocupar um papel central na vida das classes sociais europeias. A ascensão política da burguesia, atrelada à proletarização dos trabalhadores manuais,



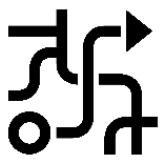
concentrou as atividades das cidades nas indústrias modernas. Por conta disso, esse espaço social em ascensão passou a ter sua importância ampliada diariamente, uma vez que concentrava tanto os interesses burgueses quanto a vida proletária.

Sobre essas transformações repentinas, dois autores clássicos do campo sociológico mobilizaram seus estudos analíticos no século XIX. Abordando a questão trabalhista nesse período, Émile Durkheim, em *Da Divisão do Trabalho Social* (1983), e Karl Marx, em *O Capital* (1994; 2015; 2020) e no *Manifesto do Partido Comunista* (2008), desenvolveram teorias complexas para explicar as consequências dessa nova era econômica para o presente e, principalmente, para o futuro da humanidade.

Com o intuito de desvincular a ciência da moral (DURKHEIM, 1983, p. 25), o formulador das regras do método sociológico teceu grandes contribuições para o estudo da Sociologia no século XIX. Mesmo muito diferentes, é possível encontrar pontos de contato e diálogo entre suas teorias e as de Marx. A análise dessas interseções pode ser útil para o pleno entendimento da sociologia como um todo, ainda que a partir de diferentes concepções de acontecimentos sociais e históricos, já que, mesmo havendo interpretações contrastantes, podemos encontrar pontos que tangenciam as duas teorias, como a análise da sociedade capitalista, a importância das relações sociais, a ideologia e a questão da mudança social.

Tanto Marx quanto Durkheim realizaram uma análise crítica da sociedade capitalista e de seus efeitos, embora a partir de perspectivas diferentes. Enquanto Marx enfatizava a exploração da classe trabalhadora e a luta de classes como motor da mudança social, Durkheim se concentrava na divisão do trabalho e na solidariedade social. Nesse cenário, as relações sociais, para esses dois autores, seriam fundamentais para a compreensão da sociedade. Enquanto Marx enfatizava as relações de produção e a luta de classes, Durkheim se concentrava nas normas que governam a interação entre os indivíduos. Ambos os autores estavam, assim, interessados em como as relações sociais são moldadas pelas condições econômicas, sociais e históricas.

Além disso, Marx e Durkheim também compartilhavam impressões acerca da ideologia e das formas como as ideias são usadas para justificar a ordem social existente, estando preocupados com os efeitos da ideologia sobre a consciência das pessoas e o papel que ela desempenha na manutenção da ordem social em sociedades capitalistas. Para Marx, a ideologia era usada pela classe dominante para manter sua posição de



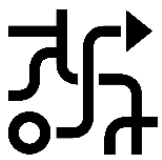
poder, enquanto para Durkheim a ideologia era usada para manter a coesão social. Nesse contexto, segundo os autores, a mudança social seria fundamental para a transformação da sociedade. Enquanto Marx enfatizava a luta de classes e a revolução como meios de alcançar a mudança social, Durkheim estava interessado na forma como as instituições sociais mudam ao longo do tempo.

Em meio a esse cenário sociológico, existem categorias durkheimianas úteis ao debate com Marx e autores marxistas, como a “solidariedade social”, a “anomia”, a “consciência coletiva” e a “divisão do trabalho”. O principal ponto de contato entre as duas teorias diz respeito às relações trabalhistas em um contexto de consolidação do capitalismo industrial. De orientação positivista, Durkheim compreendia a divisão do trabalho como “a fonte da civilização”, uma vez que é, segundo o autor, a “condição necessária para o desenvolvimento intelectual e material da sociedade” (1983, p. 23) e, portanto, de sua própria evolução social, moral e organizacional.

Para Durkheim, a solidariedade é o que mantém a sociedade unida. Ele identificou duas formas de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A solidariedade mecânica é característica de sociedades simples, em que os indivíduos têm valores e crenças semelhantes e se identificam fortemente com o grupo. Já a solidariedade orgânica é típica de sociedades mais complexas, em que os indivíduos têm funções e papéis diferenciados e se interdependem para atingir seus objetivos. Essa categoria pode ser útil para entender as diferenças entre sociedades capitalistas e pré-capitalistas e como as relações sociais se organizam em cada uma delas.

Outra categoria é a de anomia, um conceito que Durkheim usa para descrever um estado de falta de normas sociais que pode levar ao comportamento desviante. Isso pode acontecer em momentos de mudança social rápida, em que as normas antigas não se aplicam mais e as novas ainda não foram estabelecidas. A anomia pode ser útil para entender as crises econômicas e sociais, além das formas como os indivíduos e grupos reagem a elas.

Nesse cenário, a consciência coletiva aparece como o conjunto de valores, crenças e normas que são compartilhados pelos membros de uma sociedade. Para Durkheim, a consciência coletiva é o que garante a coesão social e o respeito às normas. Essa categoria pode ser útil para entender como as ideologias políticas e religiosas funcionam



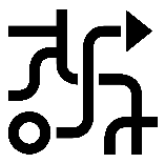
para manter a ordem social e como as mudanças, nas formas de produção, afetam as relações entre as classes sociais.

Por fim, a divisão do trabalho aparece como um conceito que Durkheim usa para descrever a especialização das atividades e ofícios em uma dada sociedade. Ele argumenta que a divisão do trabalho aumenta a eficiência econômica e a interdependência entre os indivíduos. No entanto, ele também alerta para o perigo da anomia quando a divisão do trabalho é muito intensa e as pessoas se sentem alienadas e sem propósito. Essa categoria pode ser útil para entender as mudanças na organização do trabalho ao longo do tempo e como elas afetam a vida dos trabalhadores, sobretudo em Marx.

Em *Da Divisão do Trabalho Social* (1983), Émile Durkheim afirma que a verdadeira função das especializações de tarefas trabalhistas “é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade” (1983, p. 27). De acordo com o sociólogo francês, em sua obra, mais do que dividir, delimitar funções específicas torna-as necessariamente solidárias. Esse conceito, que posteriormente será tipificado em mecânico e orgânico quanto à coletividade ou à interdependência, diz respeito ao mecanismo básico de coesão social (JOHNSON, 1997). Desse modo, segundo Durkheim, a adequada divisão do trabalho seria benéfica, uma vez que iria gerar um sentimento de independência recíproca positiva entre indivíduos de diferentes classes sociais.

De maneira divergente aos pensamentos durkheimianos e anteriormente aos escritos de Durkheim, Karl Marx analisou a conjuntura industrial do século XIX de forma mais sistemática e crítica. No capítulo inicial de *O Capital* (1994; 2015; 2020), partindo da relação entre valor de uso e valor de troca, Marx procura compreender, a partir das mercadorias, as vicissitudes da força trabalhista na nova dinâmica industrial. Sobre esse conceito mobilizado pela teoria marxiana, o trabalho despendido não seria apenas de um indivíduo, mas sim a reunião de inumeráveis forças individuais (MARX, 2015, p. 99). Sendo assim, o principal pilar da teoria solidária de Durkheim é refutado pela teoria de Marx, uma vez que a solidariedade, segundo o próprio sociólogo alemão, apenas seria possível entre os membros da classe trabalhadora e não entre a burguesia e o proletariado, que são antagônicas por natureza.

Como meio de buscar a superação da realidade exploratória do sistema capitalista, Karl Marx, juntamente com Friedrich Engels, escreveu o *Manifesto do Partido Comunista*

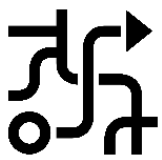


(2008) com intuito de orientar os proletários como única classe da sociedade civil capaz de criar valor, rumo à libertação do capital. De inclinação anticapitalista, o breve texto busca explicações e soluções para as crises intrínsecas ao domínio burguês, reafirmando a necessidade de uma consciência solidária somente entre os proletários do mundo (MARX; ENGELS, 2008, p. 64). Ao iniciarem o texto com a afirmação de que o motor da história da humanidade é a luta de classes (MARX; ENGELS, 2008, p. 8), os fundadores da filosofia comunista entendem que a alternativa mais humanista possível consiste na união proletária em prol do fim do modelo capitalista (FERNANDES, 1998, p. 12). Marx e Engels (2008) acreditavam na possibilidade objetiva de a classe trabalhadora conseguir superar o próprio capitalismo. Assim, para eles, a fonte de civilização na humanidade não seria a divisão do trabalho, como posteriormente dito por Durkheim (1983, p. 23), mas sim a liberdade social dos oprimidos.

Dessa forma, seja a partir de Durkheim (1983) ou de Marx (2008; 2015), é fato que o capitalismo industrial modificou a realidade europeia do século XIX. Seja para apontar os benefícios ou os malefícios de tal transformação, os dois autores clássicos da Sociologia revolucionaram o fazer sociológico e contribuíram para a cientifização dessa disciplina. Mesmo havendo grandes divergências entre suas teorias, suas contribuições para o campo sociológico são questões debatidas até os dias de hoje. Sendo assim, a partir de suas interpretações conflitantes, que podem ser tanto conservadoras quanto revolucionárias, é fato que a divisão social do trabalho capitalizou a vida dos trabalhadores europeus e influencia o modo de produção até hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos escritos originários de Marx, é possível desconstruir o pressuposto reducionista e pejorativo de que o marxismo é essencialmente economicista, como é acusado pelos opositoristas desde a época dos debates com os hegelianos no século XIX, uma vez que, como Lukács (1974) salientou, é o ponto de vista da totalidade que norteia a teoria marxista e não a determinância de fatores econômicos isolados e sem relações entre si. Nessa via, ao compreender as tensões dialéticas que rondam os sujeitos e objetos do sistema capitalista, tendo como norte a produção social de mercadorias como células econômicas do sistema, é possível compreender essas relações sociais a partir



de uma amplificação objetiva oriunda do fato de serem resultado de um desenvolvimento econômico-social decorrente de um processo histórico-natural.

Partindo do fato de que a esfera da produção determina o materialismo histórico e o que move o mundo é a contradição, para a literatura marxiana, a dialética é mais do que uma mera estratégia interpretativa. Nesse sentido, entender a realidade a partir dela é essencial, uma vez que é possível compreender as contradições que permeiam toda a atividade humana de transformação da natureza e da sociedade. Nesse ínterim, a gênese do capitalismo industrial ao final do século XVIII foi o ponto de partida para a reinterpretação materialista da dialética hegeliana. Em tal empreendimento inovador, a partir dessa ótica, Karl Marx se destacou como o pioneiro desse processo de interpretação da realidade social do continente europeu. Desse modo, por meio da literatura marxiana, todas as benesses vendidas pelo progresso industrial burguês foram analiticamente criticadas.

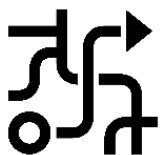
A proletarização dos trabalhadores e a capitalização do trabalho, em virtude da transformação histórica do artesanato em manufatura e do desaparecimento da herança artesanal, concentraram toda a produção capitalista no capital, como principal agente do capitalismo, e na mercadoria, enquanto objeto-síntese do produto do trabalho industrial. No ambiente da fábrica, o resultado disso é um organismo morto regido por um trabalho morto, oriundo do capital constante, que não é facilitado pelo maquinário, mas sim torturado por ele, como o próprio Karl Marx (1994; 2015; 2020) havia salientado. Desse modo, a figura alienada e ocultada do proletariado tem suas habilidades criativas negadas e sua autonomia roubada em prol da fragmentação da produção e da consequente e dúbia maximização do trabalho total.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

DURKHEIM, Émile. “Da Divisão do Trabalho Social”. In: DURKHEIM, Émile. *Os Pensadores*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura (et al.). 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 23-70.

FERNANDES, Anníbal. “Apresentação à Edição Brasileira”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Edmilson Costa. 3ª Edição. São Paulo: EDIPRO, 2015. p. 7-12.



HEINRICH, Michael. *Crítica de la economía política*. Una introducción a El Capital de Marx. Madrid: Escolar y Mayo Editores, 2008.

JOHNSON, Allan, G. "Coesão". In: JOHNSON, Allan, G. *Dicionário de Sociologia*. Guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. Porto: Escorpião, 1974.

FONTES

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção do capital. 12.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994. v. I e II.

MARX, Karl. "A mercadoria". In: MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. cap. 1.

MARX, Karl. "A mercadoria". In: MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 37.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. cap. 1. p. 53-172.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. "Burgueses e proletários"; "Proletários e comunistas". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. caps. 1 e 2. p. 8-45.

Recebido em 08/12/2022

Aprovado em 29/06/2023